



GT – 20: “Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos”

GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA FORMAS SUPERIOR DE RENDA:

O caso do IFOOD

Autor: Oséias Teixeira da Silva

Filiação institucional: Instituto Federal Fluminense - IFF

E-mail: oseiasgeografo@gmail.com

RESUMO: A discussão sobre a renda da terra é um tema clássico e extremamente importante na economia política liberal e marxista. Em sua acepção mais restrita, apontamos que a renda da terra é uma forma transformada da mais valia, ou seja, é um dos elementos em que a mais valia se metamorfoseia, assim podemos falar da renda da terra como uma forma de renda paralela, paralela em relação ao lucro, pois tanto a renda da terra quanto o lucro provém da mais valia e ambas surgem a partir do mesmo processo social de produção. Com a financerização, propomos que surge uma forma superior de renda, que se caracteriza pela expropriação das diferentes formas de apropriação da mais valia, ou seja, é uma renda que se configura pela expropriação tanto do lucro industrial ou comercial quanto da renda da terra bem como do trabalho, evidenciando essa proposta teórica com o caso do Ifood.

Palavras-chave: financeirização, renda, Ifood.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia capitalista pode ser vista como um processo de integração das estruturas relacionadas à produção, circulação e distribuição da riqueza no capitalismo contemporâneo. Este processo tem muitos aspectos e um dos mais notórios é aquele denominado de financeirização da economia. A financeirização significa que tanto as empresas quanto as famílias passam a obter grande parte dos seus rendimentos a partir de investimentos no mercado financeiro (BELLUZZO, 1995). Tal processo implica em transformações que impactam praticamente cada esfera da vida em sociedade e neste trabalho iremos focar em um desses impactos, que consideramos decisivo: a formação daquilo que

denominamos formas superiores de renda, associadas a financeirização e que se contrapõem às formas mais tradicionais de renda, principalmente a renda da terra, que denominamos de formas paralelas de renda, pois se formam ao mesmo tempo, ao lado, portanto, do lucro, e assim como o lucro advém diretamente da metamorfose da mais valia.

A renda da terra é um tema importante no debate da economia política clássica e marxista. Na acepção de (MARX, 2017) a renda da terra representa uma das metamorfoses da mais valia e sempre significa um tributo exigido pela utilização da propriedade privada. Uma vez que a propriedade da terra é detida por um agente diferente do capitalista, o capitalista para utilizar a terra de forma produtiva precisa pagar ao proprietário fundiário por sua utilização. Não cabe no presente trabalho discutir de maneira aprofundada a renda da terra ou a maneira como ela se manifesta de forma diferenciada nas áreas urbanas e rurais, sendo que sobre o último ponto existe vasta bibliografia (GOTTDIENER, 1997); (VILLAÇA, 1998); (PEREIRA, 2008); (SINGER, 2017); (ZANOTELLI; FERREIRA, 2014). O que apontamos como proposição teórica e como análise empírica é que para além da renda da terra, denominada aqui de forma paralela de renda pois está no mesmo nível do lucro e se forma igualmente a partir do processo de exploração do trabalho, teríamos hoje uma forma superior de renda, que poderíamos denominar renda financeirizada que consistiria em diversos mecanismos a partir dos quais a esfera financeira se apropria tanto das diferentes formas em que se metamorfoseia a mais valia quanto do próprio capital variável que se converte em salário.

Quando apontamos essa renda financeirizada como superior, não é porque ela seja qualitativamente superior de alguma forma, mas porque ela está acima tanto da mais valia quanto do capital variável e se alimenta, se apropria dessas diferentes formas de riqueza social. Um fundo financeiro por exemplo, ou mesmo um grande investidor individual do mercado financeiro, pode tanto se apropriar de parte do lucro de uma empresa industrial, de uma empresa comercial, dos rendimentos de um imóvel a partir do controle de uma propriedade tanto como dos salários de um trabalhador, a partir do controle sobre uma empresa de empréstimos consignados por exemplo.

Utilizamos como exemplo e ferramenta para verificar a aplicabilidade dessa proposição teórica que consideramos inicialmente como hipótese o caso da empresa denominada Ifood. Achamos que este é um exemplo interessante, pois além de ser uma empresa de tecnologia, altamente financeirizada em seu funcionamento, o lucro dela provém tanto da apropriação de uma parte do lucro comercial dos restaurantes quanto do trabalho dos entregadores. Assim o exemplo dessa empresa pode ser interessante para mostrar os mecanismos associados à formação da renda superior na contemporaneidade. Além desta introdução o presente trabalho consiste em: um primeiro tópico que aborda o processo de globalização e financeirização e a proposição da forma superior de renda; um segundo tópico que aborda o exemplo da Ifood mostrando como o conceito de renda superior financeirizada facilita a compreensão das suas estratégias de atuação; seguem-se as considerações finais.

2. GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E SURGIMENTO DAS FORMAS SUPERIORES DE RENDA

A globalização é um processo que engloba extensas transformações na organização da sociedade, da economia, da política e da cultura. E, como não poderia deixar de ser, é um processo contraditório, cuja análise remete a concepções muito distintas, desde aquelas com caráter mais apologético, até aquelas que abordam a globalização de uma perspectiva crítica. De forma geral, podemos afirmar que este trabalho coaduna com a abordagem crítica da globalização, reconhecendo como um processo multifacetado e complexo, mas que tem no seu cerne a dinâmica de expansão do capital. Como aponta (ALTVATER, 2005) p. 3:

Desse modo, a expansão espacial do capital pertence à dinâmica da acumulação capitalista. A expansão só é possível caso os limites e as fronteiras sejam eliminados. Marx escreve em *Grundrisse* sobre o mercado mundial inserido na categoria de "capital" desde o princípio. Hoje podemos interpretar essa tendência mencionada por Marx como a globalização moderna. A globalização converteu-se em realidade porque ela é a expressão real das potencialidades imanentes da acumulação capitalista. A globalização é o processo de valorização interminável de todas as partes da natureza que antes estavam fora da lógica de valorização do sistema capitalista. (...) O capitalismo é um sistema expansionista onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção de valor e mais-valia.

A partir da discussão do texto, podemos concluir que a globalização está inscrita no DNA mesmo do capital, ou seja, faz parte das características iminentes desse sistema. Isto se dá porque o capital representa um valor que se valoriza, como aponta (MARX, 2011), dentro de um processo de produção identificado com o esquema D-M-D', ou seja, dinheiro adiantado para a compra de mercadorias, incluindo a força de trabalho; mercadorias estas inseridas em um processo de produção, que resulta em certo quantum de mercadorias que, ao ser vendido, representa um valor superior ao das mercadorias incluídas no processo de produção. Como parte desse mais valor obtido no processo de produção é reinvestido no próximo ciclo produtivo, trata-se da reprodução ampliada do capital em que cada ciclo produtivo se estabelece com um volume de capital mais elevado do que o anterior (MARX, 2011).

Assim como o processo de produção é sempre expansivo em termos de valor, também a base material do processo de produção precisa ser constantemente expandida, pois a cada ciclo produtivo são necessárias mais matérias-primas, mais máquinas e também mais trabalhadores (MARX, 2017). Portanto, como um sistema expansivo, em que a condição normal da economia das empresas e dos países é o crescimento, sendo que a estagnação já é uma manifestação da crise (FERNANDES, 2015), existe uma necessidade constante da inserção de novos volumes de matérias-primas e da mão de obra necessária para explorá-la, assim como a ampliação da capacidade produtiva industrial, que implica em ampliação da infraestrutura produtiva, de novas e mais modernas máquinas, novos mercados, etc. Isto implica que o processo de produção capitalista é impossível de ser reproduzido em um único país, uma vez que exige a necessidade constante de novas áreas convertidas à produção capitalista, onde serão obtidos os elementos necessários à ampliação da base material do processo de produção capitalista.

É neste sentido que (MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH, 2008) apontam que “a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. Portanto, esses três fatos, diferente do que se dá em algumas análises, estão profundamente relacionados. Como um sistema expansivo por natureza, é a descoberta e a colonização da América que lançam as bases para a consolidação do sistema capitalista. Por outro lado, embora seja um processo com raízes bem antigas, a globalização assume características novas

atualmente, associadas, entre outros aspectos, ao contexto geopolítico relacionado à hegemonia americana. Segundo (CHESNAIS, FRANÇOIS, 2017) p. 4:

Os Estados Unidos da América estiveram na origem dos principais impulsos para a globalização contemporânea e foram os principais arquitetos e beneficiários dos arranjos institucionais globais, de que o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) e a Organização Mundial do Comércio (O.M.C.) são os pilares. Mas lutando contra a tendência à queda da taxa de lucro em casa por meio de deslocalizações maciças para a China, os Estados Unidos ajudaram um rival poderoso a emergir. Dez anos após o início da crise, a guerra comercial característica da década de 1930 se perfila no horizonte, com os Estados Unidos de Donald Trump prontos para se lançarem nela.

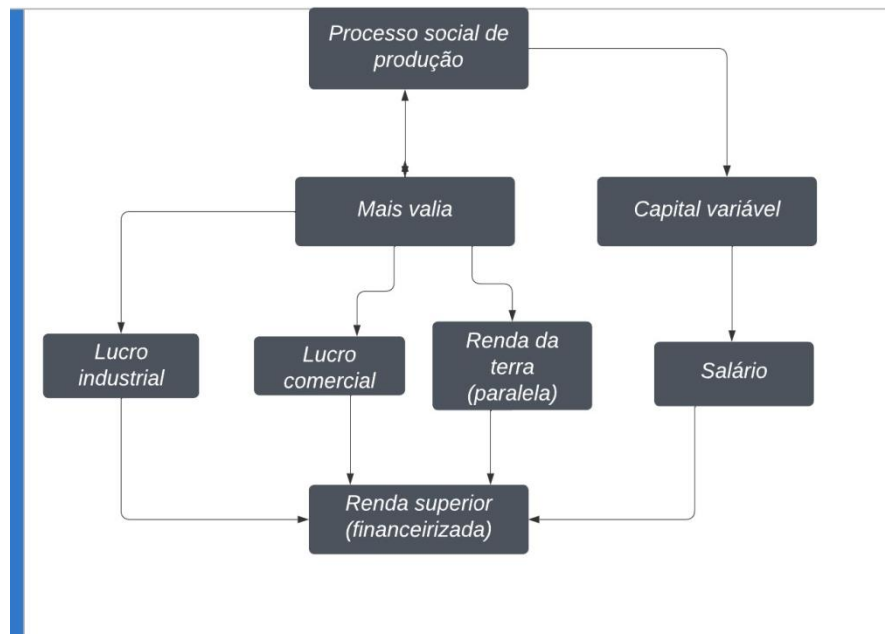
Portanto, o Estado americano é um agente central do processo de globalização que se dá pela demanda crescente das empresas norte-americanas na busca de novos mercados para sua contínua expansão, assim como áreas para novos investimentos. A globalização se dá, portanto, como um projeto político norte-americano, como aponta (HARVEY, 2004). Mas, também, como uma necessidade concreta que surge do desenvolvimento do processo de acumulação de capital em escala mundial, principalmente em seu centro hegemônico: os EUA. É a partir destas demandas que todo um arcabouço jurídico e político são construídos, no sentido de ampliar a interdependência entre os países e destravar o comércio mundial, como se dá com a criação da OMC e com a reestruturação de instituições, como o Banco Mundial e o FMI, que de garantidoras da estabilidade do sistema monetário de Bretton Woods se tornaram artífices e impulsionadoras do projeto de globalização neoliberal (HARVEY, 2008).

Podemos definir financeirização como: “as a pattern of accumulation in which profits accrue primarily through financial channels rather than through trade and commodity production” (KRIPPNER, 2005). Essa definição simples nos coloca no cerne desse processo ao apontar que a acumulação de capital, especialmente em relação ao grande capital, se dá principalmente por canais financeiros e não através da produção ou do comércio. Isto significa que mesmo as corporações que não são financeiras obtêm a maior parte do seu lucro a partir de investimentos financeiros (CHESNAIS, 1996). Da mesma forma, as pessoas ricas e

mesmo uma parte da classe média obtêm uma parte dos seus rendimentos a partir de investimentos financeiros (BELUZZO, 1995).

Os agentes financeirizados, sejam eles grandes grupos econômicos que controlam milhares de empresas (DOWBOR, 2018), fundos financeiros (PESSANHA, 2019) ou mesmo ricos investidores individuais, atuam exercendo controle sobre empresas e a partir desse controle, se estabelecem fluxos de renda das empresas em direção a esses agentes financeirizados. Assim como aponta Dowbor (2018) forma-se uma pressão nas empresas no sentido de que elas devam ampliar sua lucratividade, aumento que se dá pela redução dos custos trabalhistas, dos custos ambientais ou mesmo pelo desrespeito às normas legais vigentes. Essa busca frenética e interminável pelo lucro constitui a fonte original dessa forma de renda superior que flui das empresas em direção aos agentes financeirizados. Porém a financeirização não representa apenas uma espoliação dos exploradores, ou seja, das empresas capitalistas, mas também de outros agentes sociais inclusive da classe trabalhadora, haja vista os mecanismos de endividamento do trabalhador analisados pelo autor acima citado relacionados aos juros extorsivos do cartão de crédito no Brasil ou mesmo do empréstimo consignado. A figura 1 abaixo tenta representar esquematicamente como se constitui aquilo que denominamos de renda superior financeirizada no contexto da globalização:

Figura 1: funcionamento da renda superior financeirizada em contexto da globalização.



Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto temos por um lado um aspecto do processo que é bastante conhecido e descrito por Marx (2011) no livro I d' O capital: o processo social de produção que gera novas riquezas basicamente sobre duas formas: de um lado temos aquilo que é denominado de capital variável, que representa a parte do valor novo, agregado pelo trabalho, que fica com o trabalhador e por outro lado temos a mais valia, resultante de trabalho não pago, ou seja, valor produzido pelo trabalho mas apropriado pelo capital sem nenhuma contrapartida. A mais valia adquire muitas formas entre elas o lucro industrial, oriundo das atividades de produção de mercadorias, o lucro comercial, oriundo da venda das mercadorias por um capital especializado nisso e a renda da terra, forma de renda paralela que o proprietário fundiário recebe como um tributo pela utilização da propriedade privada. Por outro lado, o capital variável toma principalmente a forma do salário, independente do fato de que ele seja recebido mensalmente, semanalmente ou por peça.

O que temos com o processo de financeirização é que a renda superior financeirizada se coloca como uma forma de expropriação da mais valia em suas diferentes formas, portanto, se trata da espoliação do explorador. O que temos aqui, portanto, é uma situação em que aquilo que poderíamos denominar agentes financeirizados assumem o controle de empresas a

partir do mercado acionário e passam a extrair uma parte dos lucros da empresa na forma de dividendos ao mesmo tempo em que passam a pressionar pelo aumento da lucratividade o que leva a uma busca desenfreada por corte de custos por parte das empresas, que resulta em uma busca pela redução dos custos ambientais, trabalhistas ou mesmo impele as empresas a descumprir normas legais desde que o descumprimento dessas normas seja mais barato que o custo das eventuais multas pelo descumprimento (DOWBOR, 2018).

No entanto, a renda superior financeirizada não representa apenas a apropriação do lucro de empresas industriais, mas também do lucro comercial e de outras formas de manifestação da mais valia. O surgimento de fundos imobiliários e incorporadoras imobiliárias financeirizadas no Brasil, com grandes estoques de terrenos podem ser vistas como estratégias para apropriação da renda da terra. Por outro lado, a renda financeirizada também busca se apropriar dos salários através de várias estratégias de endividamento, que envolvem no Brasil desde os extorsivos juros do cheque especial e do cartão de crédito até os juros também elevados do crédito consignado. Assim podemos afirmar que a partir do processo de financerização, os agentes financeirizados conformam a renda financeirizada que se dá pela expropriação de qualquer forma de rendimento seja ele proveniente do capital industrial, do capital comercial, da renda da terra ou mesmo do trabalho.

Quando se discute a natureza dos rendimentos provenientes dos investimentos financeiros são utilizados diferentes conceitos, sendo que um conceito bastante utilizado refere-se ao de capital fictício. A natureza fictícia do capital está no fato de que esse capital se compõe de ativos financeiros, que só tem valor ao serem comercializados em bolsa, trata-se de uma riqueza que não tem referência em nenhum ativo real e por isso sua natureza fictícia, virtual, pois "apenas um patrimônio que nunca existiu senão virtualmente, por esta instituição muito particular que é o mercado secundário de títulos, pode assim sumir (CHESNAIS, 2002)". Já uma riqueza composta apenas de títulos financeiros, que só se valorizaram ao serem vendidos na bolsa, podem desaparecer de um hora para outra se a base desses ativos perde seu valor parcial ou totalmente. Harvey (2005) associa o capital fictício ao que ele denomina deslocamento temporal, segundo o autor:

As crises e contradições do capitalismo são inevitáveis, para enfrentá-las, sem desvalorização do capital, há duas alternativas: deslocamento

temporal e espacial. O deslocamento temporal é o deslocamento do capital excedente para o financiamento de investimentos em longo prazo, financiados pela formação de capital fictício. Com a formação de capital fictício, os investimentos a longo prazo tem um retorno anualizado, e capital e trabalho encontram ocupação sem a criação de novas mercadorias. Com isso há um aumento da demanda de mercadorias no curto prazo (os trabalhadores alocados nesses grandes empreendimentos) sem uma correspondente aumento da oferta de mercadorias, o que evita uma crise de superprodução.

O argumento aqui colocado é muito simples: em uma situação de crise, é necessário que se busquem alternativas para o investimento de capital que não impliquem na produção de mercadorias, pois um dos sintomas da crise é justamente o acúmulo de estoques invendáveis de mercadorias. O que o autor denomina deslocamento temporal que se dá a partir da formação de capital fictício é uma das respostas possíveis a crise e representa o investimento em infraestruturas de transporte ou de comunicação e no meio urbano uma vez que estes investimentos, que têm longo prazo de maturação, geram retornos anualizados, consomem capital e geram empregos sem que haja imediatamente a produção de novas mercadorias. Assim o autor associa diretamente ciclos de crescimento econômico, os famosos ciclos de Kondratiev, com períodos de incremento da construção civil seja no meio urbano seja em infraestrutura, e nesse contexto, o autor associa a recuperação americana e mundial diante da crise de 1930, tanto ao programa de investimentos em infraestrutura do New Deal, quanto posteriormente, ao processo de suburbanização no pós II Guerra e a reconstrução da Europa. Na opinião do autor, a construção dos subúrbios nos EUA teria sido um dos principais motores do crescimento contínuo do capitalismo nos trinta anos gloriosos.

O capital fictício seria, portanto, os papéis criados para fomentar esses investimentos e que dependem, portanto, do retorno a longo prazo deles para que correspondam ao investimento realizado. Como o autor aponta o investimento em capital fixo, seja em infraestrutura de transporte ou no meio urbano, só pode ser resgatado se essas infraestruturas forem utilizadas e assim esse investimento terá o retorno esperado e caso isso não ocorra o capital investido nele pode ser desvalorizado ou mesmo se perder completamente. Por mais que o capital fictício possa se originar a partir de grandes investimentos em infraestrutura ou no meio urbano, essa não é em nossa opinião a única origem do capital fictício. Em alguns

casos o capital fictício aparece simplesmente como uma aposta no futuro, em alguma situação que se acredita que irá acontecer.

(LIU, 2018) aponta para o fato de que a maior parte dos investidores no mercado de ações, não investe com o objetivo de aguardar o final do ano e recolher os dividendos, mas sim investe com o objetivo de revender suas ações na bolsa de valores depois de um curto espaço de tempo. Ora, se um investidor compra uma ação a cinco reais e espera vendê-la a seis reais depois de alguns dias, ele só conseguirá fazer isso se houver um investidor disposto a comprar essa ação a seis reais e ele só fará isso se acreditar que irá conseguir vendê-la a outro investidor sete reais e assim por diante. Por isso o autor caracteriza os mercados financeiros como um esquema de pirâmide em que os ganhos de um investidor dependem do investimento do outro. Mesmo sem discutir se os mercados financeiros são realmente esquemas de pirâmide, o que fica claro é que grande parte do capital fictício que circula nas bolsas de valores é dinheiro investido com base na aposta de uma valorização que pode ou não acontecer. Dessa forma a denominação do capitalismo atual como um capitalismo de cassino seria mais que apropriada (KURZ, 2008).

Por outro lado podemos pensar no capital fictício como uma forma de controle do capital financeiro sobre o capital produtivo, comercial ou mesmo sobre a força de trabalho, o que remeteria ao sentido clássico do conceito de capital financeiro (LENIN, 2021). O capital fictício aqui estaria diretamente ligado à concepção de uma renda superior financeirizada, poderíamos dizer até que a renda superior seria o retorno desse tipo específico de capital. Em outras palavras, o capital fictício seria a forma específica em que aparece o capital dos agentes financeirizados. Esses agentes passam a controlar as empresas individualmente ou em conjunto com outros agentes financeirizados e passam a pressionar pela ampliação dos lucros delas e este aumento dos lucros, que tem consequências nefastas para os territórios e para os trabalhadores como vimos anteriormente, é em grande parte embolsado por estes agentes, configurando aquilo que Dowbor (2018) denomina capitalismo de pedágio.

O pedágio mencionado pelo autor acima citado, significa justamente o que aqui denominamos renda superior financeirizada, ou seja, um rendimento que provém da expropriação de algum outro rendimento seja ele o lucro industrial, comercial, a renda da terra ou mesmo o salário. O que temos aqui, portanto, é uma situação em que o agente

financeirizado ao exercer controle acionário das empresas se apropria de recursos de forma semelhante a empresa que cobra pedágio e que ganha dinheiro com a passagem dos carros por uma estrada mesmo que nenhuma melhoria tenha sido feita na estrada por essa empresa. O que se tem aqui é justamente isso uma apropriação de riqueza por parte do agente financeirizado que se dá muitas vezes sem nenhuma contrapartida, simplesmente pelo controle acionário que este agente possui sobre a empresa. Mas vai além disso pois como vimos esses agentes não apenas se apropriam dessa riqueza como pressionam pelo seu aumento contínuo.

Portanto aquilo que denominamos capital fictício aparece em três dimensões distintas: o capital fictício associado à criação de dívidas que sustentam investimentos no meio ambiente construído, principalmente investimentos em infraestrutura, transportes e nas áreas urbanas; o capital fictício associado aquilo que é denominado capitalismo de cassino, baseado em apostas especulativas em torno dos ativos; capital fictício associado ao controle acionário das empresas buscando a ampliação da lucratividade das mesmas. Essa terceira dimensão do capital fictício é aquela que estaria mais diretamente relacionada à formação da renda superior financeirizada. É sobre a formação da renda superior financeirizada que falaremos a seguir a partir do exemplo do IFOOD.

3. FORMAÇÃO DA RENDA SUPERIOR FINANCEIRIZADA: O CASO DO IFOOD.

O Ifood é uma empresa brasileira criada em 2011 como um guia de cardápios impressos evoluindo rapidamente para um aplicativo que intermedia a relação entre os restaurantes e consumidores (IFOOD, 2023). Portanto, o funcionamento da empresa se dá como intermediador partindo portanto da relação entre a empresa e os restaurantes, dos quais ela divulga os cardápios e os consumidores tendo ainda como importante a relação com os entregadores que trabalham para a empresa. Iremos trabalhar de forma detalhada essas relações, mas antes disso cabe destacar que a empresa é controlada pelo grupo Movic, que tem 100% das suas ações. O grupo Movic se apresenta como um fundo de investimentos, especializado em capital de risco, sendo gerido, portanto, por indivíduos com formação e conhecimento do mercado financeiro.

Portanto, este exemplo coloca muito claro a relação entre as plataformas tecnológicas e o mercado financeiro, pois se trata de uma empresa que é de propriedade e é gerida por um fundo de investimento, sendo que atualmente essa empresa se coloca como líder em delivery na América Latina tendo segundo informações constantes em seu site mais de 43 milhões de clientes. A Movable, no entanto, não tem o controle apenas da Ifood mas também controla outras empresas, especialmente startups como o Ifood, sendo esta a última a empresa mais valiosa do portfólio do fundo que ainda gere marcas como Sympla, Playkids e Zoop, sendo que segundo informações dos gestores da empresa a Movable é especializada em desenvolvimento de startups (TEIXEIRA, 2021). Antes de avançar na compreensão da relação da empresa com os restaurantes e com os entregadores, iremos realizar uma breve discussão sobre o capitalismo de plataformas embora este não seja o objetivo do artigo. Sobre o que seriam as plataformas, (SRNICEK, 2016) aponta o seguinte:

The problem for capitalist firms that continues to the present day is that old business models were not particularly well designed to extract and use data. Their method of operating was to produce a good in a factory where most of the information was lost, then to sell it, and never to learn anything about the customer or how the product was being used. While the global logistics network of lean production was an improvement in this respect, with few exceptions it remained a lossy model as well. A different business model was necessary if capitalist firms were to take full advantage of dwindling recording costs. This chapter argues that the new business model that eventually emerged is a powerful new type of firm: the platform.

E ainda:

What are platforms? At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: customers, advertisers, service providers, producers, suppliers, and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces. Microsoft's Windows operating system enables software developers to create applications for it and sell them to consumers; Apple's App Store and its associated ecosystem (XCode and the iOS SDK) enable developers to build and sell new apps to users; Google's search engine provides a platform for advertisers and content providers to target people searching for information; and Uber's taxi app enables drivers and passengers to exchange rides for cash. Rather than having to build a

marketplace from the ground up, a platform provides the basic infrastructure to mediate between different groups.

Portanto, a questão fundamental é que as plataformas operam a partir de uma matéria prima fundamental que são os dados, sejam eles produzidos pelos próprios usuários, pelos fornecedores ou pelos trabalhadores. Esses dados são coletados, codificados, armazenados e analisados pelos algoritmos e a partir dessa análise essas empresas têm condições de oferecer serviços personalizados aos seus clientes. Como o acesso aos dados e a capacidade de analisá-los exigem grande capacidade financeira e tecnológica por parte das empresas, elas configuram monopólios pois o acesso privilegiado aos dados e a capacidade de processá-los faz com que aquelas empresas que precisam do acesso sistematizado a esses dados tenham que recorrer a essas empresas que se estruturam como plataformas.

Podemos apontar, portanto, que as plataformas monopolizam a passagem de dados a informações ou mesmo conhecimento, ou seja, a medida que coletam e processam os dados é possível identificar padrões que geram informações úteis para a própria empresa ou para outras empresas. Interessante o fato de que, como aponta o autor no primeiro excerto, as plataformas não se restringem a empresas de tecnologia, que operam plataformas de interação social como o Facebook ou plataformas que permitem a interação entre passageiros e motoristas como a Uber, mas mesmo empresas industriais como a Siemens, embora sem deixar de operar como empresas industriais também se organizam como plataformas, coletando dados oriundos do processo de produção a partir de ferramentas de IA com o objetivo de reduzir os custos de produção.

A questão central é que agora não bastaria produzir uma mercadoria e vendê-la no mercado e então não se preocupar com como esse produto foi utilizado. O que se busca agora é coletar dados ao longo de todo o fluxo de produção, circulação e consumo e utilizar esses dados para ampliar a lucratividade dos negócios existentes e para fundar novos negócios. Como o autor aponta, as plataformas são estruturas digitais que facilitam a interação entre indivíduos, grupos e empresas e obviamente lucram nesse processo. Um exemplo bastante conhecido é o da empresa Facebook, que coleta dados dos usuários, processa esses dados e depois vende a informação resultante para empresas que fazem publicidade focalizada

inclusive com objetivos políticos, algo que em vários momentos já foi objeto de crítica a empresa (G1 - GLOBO, 2018).

No entanto, como aponta (DIJCK; POELL; WAAL, 2018) as plataformas são programas que coletam sistematicamente dados de usuários e utilizam algoritmos para processar esses dados e transformar em informações úteis, porém as plataformas também não podem ser vistas de forma isolada, sendo que o autor acima citado fala em um ecossistema de plataformas a partir da interação entre diferentes plataformas, uma vez que estas são controladas em grande parte por um grupo bem restrito de grandes empresas, denominadas Big techs. Dentro da classificação proposta por SNIRCECK (2016) a empresa IFOOD pode ser considerada uma plataforma de produto, da mesma forma que a Uber, sendo que essas empresas atuam intermediando a aquisição de um bem e serviço entre o produtor deste bem ou serviço e o consumidor final deste. Portanto, no caso dessa empresa que como já vimos é gerida por um fundo financeiro, precisamos compreendê-la a partir da interação entre a empresa e os restaurantes que produzem os alimentos vendidos na plataforma por um lado e por outro os entregadores que entregam os produtos ao consumidor final. Sobre a relação entre a empresa IFOOD e os restaurantes (DESGRANGES, 2020) aponta o seguinte:

Os restaurantes que desejam se cadastrar na plataforma podem escolher entre o plano “marketplace”, onde ficam responsáveis pela entrega do produto, sendo o iFood então apenas um mediador entre o restaurante e o consumidor; e o plano “full service”, em que o restaurante fica apenas responsável pela produção do pedido, de modo que a entrega seja realizada pelos entregadores “parceiros” cadastrados na plataforma (iFood, Termos). Em ambos os casos, o iFood cobra uma comissão calculada sobre o valor dos pedidos recebidos por meio da plataforma – 12% sobre o valor de todos os pedidos no *marketplace* e 23% no *full service*, além de uma taxa adicional de 3,5% para pedidos pagos através da plataforma.

Como aponta o texto como uma plataforma, a empresa IFOOD se coloca como uma intermediária entre o restaurante e o cliente, cobrando uma taxa entre 12 e 23% do valor do pedido comissão por essa intermediação da transação. Assim retomando a discussão anterior sobre capital fictício, podemos compreender essa empresa como uma plataforma, um agente financeirizado que atua como uma modalidade de capital fictício que a partir do controle que

estabelece sobre a atividade de produção de bens e serviços consegue se apropriar de parte dos lucros dos restaurantes, atuando portanto, dentro da dimensão de capital fictício em que se configura uma economia do pedágio. Portanto, ao permitir aos restaurantes acesso ao universo de clientes ativos na plataforma, o aplicativo se coloca na condição de cobrar um pedágio a partir do qual se configura uma forma de renda superior financeirizada.

O grande trunfo da empresa é a ampliação da base de clientes dos restaurantes, pois geralmente as pessoas só aceitam ir presencialmente a um restaurante que seja relativamente próximo ao seu local de trabalho ou de moradia, assim o universo de clientes de um restaurante é espacialmente limitado, ou em termos christalerianos, o alcance espacial máximo desse tipo de empreendimento é limitado (CHRISTALLER, 1966). Portanto, como uma plataforma que atua na intermediação da entrega de comida, ela permite a ampliação do alcance espacial máximo dos restaurantes, uma vez que mesmo pessoas de bairros distantes e de outras cidades poderão comprar no restaurante uma vez que a comida é entregue em sua casa. O aumento das vendas é, portanto, o objetivo dos restaurantes que se cadastram na plataforma, sendo que por outro lado, a relação entre os restaurantes e a plataforma é problemática em vários aspectos. Sobre essa relação (SOLMUCI, 2022), presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel, aponta o seguinte:

Estamos cercados pelos dois fatores necessários para funcionar. Precisamos que os clientes cheguem ao estabelecimento e, depois, precisamos entregar os produtos. O iFood tem milhões de brasileiros e controla mais de 500 mil entregadores. O iFood escolhe quais são os campeões do nosso setor, dando a esses escolhidos as melhores condições de negócios, com maior visibilidade, por exemplo, e atraindo a clientela desses restaurantes.

Como colocado pelo entrevistado, a plataforma controla os dois aspectos essenciais da para o funcionamento dos restaurantes: o acesso aos clientes e a entrega dos produtos. Portanto, não se trata apenas da expropriação dos restaurantes, que em um ambiente competitivo precisa abrir mão de parte de seu lucro para estar no iFood, o que certamente tem implicações negativas para os restaurantes, especialmente os menores, que já devem trabalhar com margens de lucro reduzidas, mas também do controle que a empresa passa a exercer sobre o sucesso ou fracasso dos restaurantes, pois se o aplicativo resolve dar mais visibilidade a um restaurante, colocando na primeira página das buscas por exemplo, isto pode ser o

suficiente para que ele amplie fortemente suas vendas. Além disso, existem muitos outros problemas apontados pelos restaurantes na sua relação com a plataforma, como os descontos oferecidos pela plataforma que reduzem ainda mais a margem de lucro dos restaurantes e os prazos exíguos dados para a preparação dos alimentos.

Como ocorre em outras plataformas, o conhecimento adquirido e monopolizado pela empresa permite que ela explore outras formas de ampliação do lucro. Um exemplo disso é a expansão das dark kitchens, cozinhas industriais que atuam somente no delivery (VERÍSSIMO, 2023). Ao sistematizar as preferências dos consumidores o Ifood atua estimulando a atuação desse tipo de empresa e geralmente favorece sua atuação dando mais visibilidade a esse tipo de empresa na plataforma. Isto significa que os restaurantes que se cadastram no aplicativo acabam muitas vezes estimulando a concorrência contra eles mesmos no futuro. Além disso, as "dark kitchens" estão relacionadas a muitos outros problemas, desde a precarização do trabalho, aumento de ruídos em áreas residenciais até problemas com normas sanitárias, como apontado na reportagem acima citada. Por outro lado, a relação com os entregadores também se coloca como problemática. Sobre o trabalho dos entregadores na plataforma Ifood, (FIORAVANTI, 2023) aponta o seguinte:

Nota-se que o trabalho e os deslocamentos não são somente mediados pelas plataformas digitais, mas o modo pelo qual o iFood define prioridades e formas de funcionamento do aplicativo tem papel determinante não somente nas condições de trabalho dos entregadores, mas também nos deslocamentos que realizam, seja para as centralidades privilegiadas de entrega, seja a cada entrega realizada. Além de estar em centralidades com maior demanda para aumentar as possibilidades de se receber um pedido pelo aplicativo, os entregadores têm de gerenciar os deslocamentos realizados no decorrer das entregas, adotando estratégias no tempo e no espaço em relação ao emprego da força de trabalho. Procuram ter um controle sobre quais entregas devem aceitar, considerando a taxa, o caminho, a distância até o restaurante e até a casa do cliente e o tempo estipulado pelo aplicativo. O transitar nesses espaços é marcado pelo controle do tempo e constrangimentos sobre o próprio corpo, sobretudo no caso dos entregadores, em um processo no qual toda a cidade, em última instância, passa a ser local de trabalho. A instantaneidade dada pelo click nos aplicativos para aceitar uma entrega apenas se realiza por meio de longas e muitas vezes extenuantes jornadas de trabalho com deslocamentos concentrados no espaço e intensificados no tempo.

A condição extrema de precarização do trabalho no caso em tela se dá porque além de não terem nenhum direito trabalhista, os entregadores tem de prover todas as condições para a execução de seu próprio trabalho: assim entregadores que utilizam moto por exemplo, tem que comprar não apenas a moto mas também todos os equipamentos de segurança para atuar como entregador do Ifood e mesmo as mochilas para acondicionar as entregas. Além disso, como apontado no texto a empresa exerce um controle dos deslocamentos exercidos para o trabalhador, que se obriga a estar nos locais em que existem maior concentração de restaurantes e compradores, sendo que os deslocamentos entre o local de moradia e esses locais de trabalho não são remunerados pela empresa. Assim os trabalhadores se obrigam, para ter um rendimento adequado a longas e extenuantes jornadas de trabalho, enfrentando os riscos do trânsito, sendo que parte desses deslocamentos sequer é pago ao trabalhador que está a todo momento sobre controle do algoritmo que obriga a se deslocar a grande velocidade para conseguir entregar o alimento no prazo estipulado para entrega.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto globalizado temos uma situação em que se afirma o processo de financeirização da economia. Nesse contexto de financeirização, se coloca como hegemônico, as diferentes formas de capital fictício, que se sobrepõe e exerce um domínio cada vez mais amplo sobre as diferentes formas de capital industrial, agrícola ou comercial. Como apontamos no texto existem três modalidades de capital fictício: uma associada ao deslocamento temporal, que se dá pelo financiamento via formação de capital fictício de grandes investimentos em infraestrutura de transportes, de telecomunicações ou no meio urbano especialmente em momentos de crise econômica; o segundo relacionado ao *hot money*, capital especulativo investido em bolsa em busca de ganhos rápidos, constituindo o capitalismo de cassino; a terceira forma o capital investido no controle de empresas, propriedades e outras formas de ativos, com vistas a gerir esses ativos aumentando sua rentabilidade e se apropriando de uma parte significativa da riqueza produzida, constituindo uma economia de pedágio.

Apontamos que este terceiro tipo de capital fictício estaria relacionado diretamente a formação de uma renda superior financeirizada. A renda superior financeirizada é uma forma de renda que advém da ação dos agentes financeirizados, que pelo controle que detém do capital fictício, conseguem se apropriar e influenciar a gestão de diferentes ativos e assim conseguem se apropriar da riqueza socialmente produzida a partir de diferentes estratégias: em alguns casos se apropriam da renda da terra, denominada neste trabalho de renda paralela, através do controle sobre a propriedade da terra, como se dá, por exemplo em relação aos fundos imobiliários logísticos (MAGNANI; SANFELICI, 2021); ou do controle de empresas diretamente ou mesmo de forma indireta, pelo controle exercido pela plataforma Ifood na sua relação com os restaurantes por exemplo, e mesmo a partir da apropriação do salário, como no caso dos juros extorsivos encontrados no cartão de crédito ou mesmo no crédito consignado no Brasil (Dowbor, 2018).

Assim essa renda superior financeirizada não se confunde com a renda da terra, pois esta última é paralela em relação ao lucro, ou seja, se forma a partir da distribuição da mais valia e a partir do mesmo processo de produção social, enquanto a renda superior se conforma pela expropriação da riqueza social das mais diferentes origens, seja ela proveniente do lucro, da renda, dos juros ou mesmo dos salários. No caso estudado, a Ifood, uma empresa plataforma, gerida e controlada a partir de um viés financeirizado, tem sua lucratividade atrelada ao surgimento de uma renda superior financeirizada. Ou seja, embora a empresa apresente seus ganhos como lucro, não se trata de fato somente de lucro, pois este não se origina da produção de algum bem ou serviço, mas da cobrança de um pedágio para que outra empresa, essa sim produtiva, possa fornecer um produto ao consumidor final. Assim os ganhos da empresa derivam diretamente dessa apropriação que o capital fictício exerce sobre a esfera produtiva, conformando a renda superior financeirizada.

Por outro lado os ganhos da empresa também se relacionam com a superexploração da força de trabalho dos entregadores, que além de não serem reconhecidos e muitas vezes não se reconhecerem enquanto trabalhadores, a partir do discurso falacioso da autonomia, também tem que prover eles próprios os instrumentos de trabalho para que possam ser explorados pela empresa. Assim os ganhos da empresa também se dão pela exploração do trabalho dos entregadores, neste caso, pela diferença entre o que a empresa cobra ao restaurante pela

entrega do pedido e o que a empresa paga ao entregador por esse pedido. Neste caso, portanto, em que as entregas são feitas diretamente pela plataforma, temos uma situação em que se misturam os ganhos provenientes de uma renda superior com o lucro oriundo da exploração do trabalho, sendo que de qualquer forma estes ganhos se direcionam para os agentes financierizados que controlam a empresa.

5. REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. **A teoria marxista e os limites do crescimento**. In: **Os excluídos da arca de Noé**. 1ª edição ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- BELLUZZO, L. G. DE M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11–20, 1995.
- CASSOL, L. **Boeing 737 MAX: o que deu errado e o que foi feito para garantir o retorno dos voos com segurança**. Disponível em: <<https://www.melhoresdestinos.com.br/boeing-737-max.html>>. Acesso em: 17 out. 2022.
- CASTRO, RAMON PENA. **Globalização**. Saúde. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/glo.html>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- CHESNAIS, F. **Mundialização Do Capital**, A. 0 edição ed. São Paulo: Xama, 1996.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 44, 2002.
- CHESNAIS, FRANÇOIS. O capitalismo encontrou limites intransponíveis? **O comuneiro - Revista eletrônica**, n. 24, 2017.
- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. First Edition ed. [s.l.] Prentice-Hall, Inc., 1966.
- DESGRANGES, N. Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformação do trabalho de entregadores de iFood. **Pensata**, v. 9, n. 2, 2020.
- DIJCK, D. U. P. J. V.; POELL, T.; WAAL, M. DE. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. New York, NY: Oxford University Press, USA, 2018.
- DOWBOR, L. **A era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob Dominação Financeira, Sequestro da Democracia e Destruição do Planeta**. 2ª edição ed. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2018.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. [s.l.] Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- FIORAVANTI, L. M. Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos cicloentregadores da metrópole de São Paulo. **GEOUSP**, v. 27, p. e, 18 set. 2023.
- G1 - GLOBO. **G1 > Economia e Negócios - NOTÍCIAS - Em tempos de crise, casa é vendida por US\$ 1 nos EUA**. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL834365-9356,00-EM+TEMPOS+DE+CRISE+CASA+E+VENDIDA+POR+US+NOS+EUA.html>. Acesso em: 6 set. 2022.
- G1 - GLOBO. **Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano - Coleção Ponta**. 2ª edição ed.

Sao Paulo: EESC, 1997.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 7ª edição ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: História e implicações**. 5ª edição ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI**. 1ª edição ed. [s.l.] Boitempo Editorial, 2018.

IFOOD. **Conheça a trajetória do iFood**. Institucional. Disponível em:

<<https://institucional.ifood.com.br/sobre/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KRIPPNER, G. R. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review**, v. 3, n. 2, p. 173–208, 1 maio 2005.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. 1ª edição ed. [s.l.] Paz & Terra, 2008.

LENIN, V. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2021.

LIU, T. **The Ponzi Factor: The Simple Truth About Investment Profits**. 1ª edição ed. [s.l.] QuantStyle Publishing, 2018.

MAGNANI, M.; SANFELICI, D. O e-commerce e os fundos imobiliários logísticos: estratégias de captura de rendas imobiliárias. **Cadernos Metrópole**, v. 24, p. 173–198, 22 nov. 2021.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Editora UFRJ ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital [Livro III]: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista**. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. **O manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MUELLERLEILE, CHRISTOPHER M. Financialization takes off at Boeing. **Journal of Economic Geography**, v. 9, n. 5, p. 663–677, 2009.

PEREIRA, P. C. X. SÃO PAULO: GLOBALIZACIÓN Y TRANSICIÓN METROPOLITANA. **Scripta Nova**, v. 12, n. 270, p. 9, 2008.

PESSANHA, R. D. M. **A “indústria” Dos Fundos Financeiros: Potência, Estratégias E Mobilidade No Capitalismo Contemporâneo**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 0, n. 57, p. 77–92, 28 set. 2017.

SOLMUCI, P. **iFood ficou tão grande que prejudica empresas e clientes, dizem analistas**. notícias. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/02/ifood-ficou-tao-grande-que-prejudica-os-brasileiros/>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. 1ª edição ed. [s.l.] Polity, 2016.

TEIXEIRA, L. **O Mundo dos Unicórnios: Móvil**. Disponível em:

<<https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/06/o-mundo-dos-unicornios-movile/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VERÍSSIMO, V. **Coluna | Dark Kitchens e iFood: entenda os riscos do avanço de mais uma precarização**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/09/dark-kitchens-e-ifood-entenda-os-riscos-do-avanco-de-mais-uma-precariozacao>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. O espaço urbano e a renda da terra. **GeoTextos**, v. 10, n. 1, 22 jul. 2014.